

Sua Excelência
a Ministra da Agricultura, do Mar, do
Ambiente e do Ordenamento do Território
Dr.ª Assunção Cristas

Ref.
071/DES/PK/2012

Praça Comércio,
1149-010 Lisboa

ASSUNTO

Cimeira Rio + 20

Lisboa, 2 de Maio de 2012

Sua Excelência,

A realização da Cimeira Rio + 20 aproxima-se rapidamente. A declaração final já em preparação e negociação parece ser bastante vazia de compromisso e de efectividade. Perante esta constatação, o Alto-comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos dirigiu uma carta às representações permanentes em Nova Iorque e em Genebra apelando para que aceitem incluir na referida declaração final um compromisso que integre com o mesmo grau de importância as dimensões económica, social e ambiental tendo como referência os padrões de Direitos Humanos para o Desenvolvimento sustentável: “(...) *strategies based on the narrow pursuit of economic growth without due regard for equity and related environmental, social, and human rights considerations will both fail in their economic objectives, and risk damaging the planet, and the fundamental rights of the people who live here. Incoherence between international human rights standards, environmental strategies, and economic policies can undercut all three. The logic of integration - the logic of Rio - is unavoidable.*(...)”

Com efeito, passados 20 anos da “Cimeira da Terra”, que teve lugar em 1992 no Rio de Janeiro, há lições a extrair; a prossecução do crescimento económico sem o devido cuidado com os ditames da igualdade e sem ter em conta os efeitos sociais, ambientais e no gozo e exercício de direitos humanos, leva claramente ao falhanço em todas as dimensões: a económica, a social, a ambiental e a humana. Incoerências entre políticas económicas, estratégias ambientais e os padrões universais dos direitos humanos levam à falência de todas as dimensões. É, pois, fundamental que a declaração do Rio + 20 adopte esta abordagem integrada.

A situação que Portugal vive actualmente é exemplo acabado de que a política económica que nos tem guiado é insustentável, antes de mais, por ignorar as pessoas e os seus direitos, negligenciando os seus meios de vida e agudizando as dificuldades de crescimento económico. Pondo em causa a dignidade humana, contribui para o acentuar da pobreza, da exclusão e de outras desigualdades e destrói, sem retorno, a possibilidade de utilização sustentável de alguns recursos naturais. Ao não adoptar, designadamente no Rio + 20, esta abordagem integrada, serão colocados em risco os direitos humanos das actuais e das futuras gerações.

Nesse sentido, a Oikos – Cooperação e Desenvolvimento, em parceria com a *World Future Council* e a *Terre des Hommes* lançou uma campanha para a criação da figura – à escala internacional, regional e nacional – do Provedor dos direitos e interesses das gerações futuras (disponível em: www.righttothefuture.com).

Assim, vimos apelar a V. Exa que:

- Diligencie no sentido de assegurar que Portugal assuma expressamente no Rio +20 (e desde já no respectivo processo de preparação) a abordagem integrada das dimensões humana, social, ambiental e económica do desenvolvimento;
- Apoie, designadamente, a inclusão da figura do Provedor dos direitos e interesses das gerações futuras na declaração final de Rio + 20;
- Atendendo que há várias formas de colaborar com a Sociedade Civil organizada, promova a divulgação da campanha acima referida à escala nacional e entre os países parceiros de Portugal, nomeadamente os Membros da União Europeia e da CPLP.

Antecipadamente grato pela atenção que dispensará a este assunto e disponibilizando-me para qualquer esclarecimento adicional, envio os melhores cumprimentos,

Pedro Krupenski

(Director de Desenvolvimento, oikos – cooperação e desenvolvimento)